



Câmara Municipal de Aracruz
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE ARACRUZ - ES

PROCESSO: 000090/2019

ASSUNTO: PROJETOS

DATA: 12/02/2019

HORA: 10:28:30

REQUERENTE: ALEXANDRE FERREIRA MANHAES -

Pg nº
01
CMA

DETALHAMENTO:

PROJETO DE LEI 02/2019 QUE INSTITUI A "SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO DA DEPRESSÃO INFANTIL E NA ADOLESCÊNCIA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ".



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Página
02
CMA

APROVADO 1º TURNO

13/05/2019
Presidência CMA

PROJETO DE LEI Nº 02 /2019

APROVADO 2º TURNO

20/05/2019
Presidência CMA

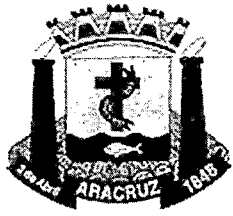
**INSTITUI a Semana de Conscientização da
Depressão Infantil e na Adolescência no
âmbito do município de Aracruz, e dá
outras providências.**

Art. 1º. Fica instituído, no Calendário Oficial do Município de Aracruz, a Semana de Conscientização da Depressão Infantil e na Adolescência, a ser realizada na primeira semana do mês de setembro.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Aracruz - ES, 05 de fevereiro de 2019.


Alexandre Ferreira Manhães
Vereador – MDB



JUSTIFICATIVA

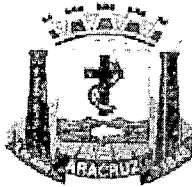
O projeto de lei em apreço institui a Semana de Conscientização da Depressão Infantil e na Adolescência no âmbito Municipal, o que permitirá uma semana de discussões sobre o assunto, de forma coordenada e ampla, em todas as escolas municipais. A indicação para primeira semana do mês de setembro, se arrima no fato de que no referido mês, há a Campanha Setembro Amarelo, que busca trazer o diálogo sobre o suicídio para a sociedade, bem como o dia 10 de setembro ser o Dia Mundial de Prevenção do Suicídio.

A depressão existe há muitos anos, mas pouco foi feito para cuidar desse problema. Ultimamente, porém, o índice relacionado à depressão subiu muito, com notícias tristes sobre o suicídio em todo o mundo e, no Brasil, não tem sido diferente. Crianças e adolescentes têm tirado suas vidas, devido à depressão. Por isso vimos ser necessário que políticas públicas sejam implantadas para minimizar esse problema que, infelizmente, é uma realidade, atingindo menores de todas as faixas etárias.

Considerando a relevância da matéria, solicito aos nobres pares a aprovação desta proposição.

Aracruz - ES, 05 de fevereiro de 2019.


Alexandre Ferreira Manhães
Vereador – MDB



Camara Municipal de Aracruz
COMPROVANTE DE DESPACHO

Pg nº
02
CMA

ORIGEM

Local (Setor): PROTOCOLO

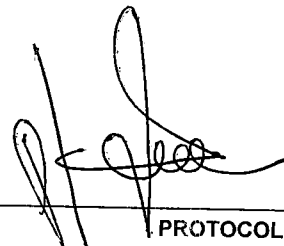
Trâmite Nº: 0

Responsável: Soleniete Gomes Marinho Ahnert

Data e Hora: 12/02/2019 10:28:44

Despacho: PROJETO DE LEI QUE INSTITUI A "SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO DA DEPRESSÃO INFANTIL E NA ADOLESCÊNCIA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ".

Camara Municipal de Aracruz, 12 de fevereiro de 2019



PROTOCOLO

PROTOCOLO (S)

Processo, MEMORANDO Nº - 90/2019 - Externo
Assunto: 001 - PROJETOS
SubAssunto: 001 - PROJETO DE LEI
Camara Municipal de Aracruz

PROJETO DE LEI QUE INSTITUI A "SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO DA DEPRESSÃO INFANTIL E NA ADOLESCÊNCIA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ".

RECEBIMENTO

Local (Setor): LEGISLATIVO

Responsável: _____

Camara Municipal de Aracruz, ____/____/____

LEGISLATIVO



SANTO

Câmara Municipal de Aracruz Pg nº

ESTADO DO ESPÍRITO

05

Aracruz
CMA

MEMORANDO INTERNO

Data: 18/02/2019

Nº: 04/2019

Para: Procuradoria da Câmara Municipal de Aracruz

DE: Gabinete do Vereador – José Gomes dos Santos

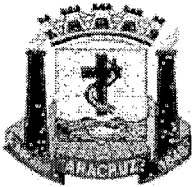
Assunto: Parecer

Prezado Senhor Procurador

Cumprimentando-o, venho solicitar a Vossa Excelência a análise e emissão do parecer jurídico do Projeto de Lei nº 003/2019, de autoria do nobre Vereador Alexandre Ferreira Manhães.

Cordialmente,


JOSÉ GOMES DOS SANTOS
LULA
Vereador- PRTB



Camara Municipal de Aracruz
COMPROVANTE DE DESPACHO

Pg n°

06

4

CMA

ORIGEM

Local (Setor): **LEGISLATIVO**


Trâmite N°: **1**

Responsável: **Marcus Vinicius Garuzzi Martinelli**

Data e Hora: **19/02/2019 17:54:44**

Despacho: **À pedido do vereador José Gomes dos Santos, encaminho o Projeto de Lei nº 003/2019, de autoria do Poder Legislativo, para ser exarado parecer jurídico.**

Camara Municipal de Aracruz, 19 de fevereiro de 2019


LEGISLATIVO

PROTOCOLO (S)

Processo, MEMORANDO N° - 90/2019 - Externo
Assunto: 001 - PROJETOS
SubAssunto: 001 - PROJETO DE LEI
Camara Municipal de Aracruz

PROJETO DE LEI QUE INSTITUI A "SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO DA DEPRESSÃO INFANTIL E NA ADOLESCÊNCIA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ".

RECEBIMENTO

Local (Setor): **PROCURADORIA**

Responsável: _____

Camara Municipal de Aracruz, ____/____/____

PROCURADORIA



PROCURADORIA

Processo Administrativo nº: 090/2019.

Requerente: Alexandre Ferreira Manhães

Assunto: Projeto de Lei nº 002/2019.

Parecer nº: 047/2019.

EMENTA: PROCESSO LEGISLATIVO.
PROJETO DE LEI DE INICIATIVA
PARLAMENTAR. INSTITUI SEMANA DA
CONSCIENTIZAÇÃO DA DEPRESSÃO
INFANTIL. CONSTITUCIONALIDADE.

1. RELATÓRIO

Trata-se de solicitação da Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação desta Casa de Leis para que esta Procuradoria manifeste-se sobre a legalidade/constitucionalidade do Projeto de Lei nº 002/2019, de autoria do vereador Alexandre Ferreira Manhães, que institui a Semana de Conscientização da Depressão Infantil e na Adolescência.

É o que importa relatar.



2. DA COMPETÊNCIA DA PROCURADORIA E A NATUREZA DO PARECER

A Lei Municipal nº 3.814/14, ao dispor sobre deveres e responsabilidades dos procuradores legislativos (art. 5º, § 2º, do art. 9º e do Anexo X), estabelece que é atribuição destes advogados públicos “emitir parecer nos projetos de lei do Executivo e de iniciativa do Legislativo”, dentre outras.

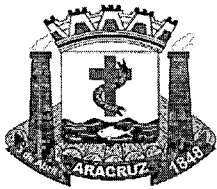
No âmbito do processo legislativo, os pareceres jurídicos elaborados pelos procuradores são meramente facultativos e não vinculantes, posto que os parlamentares – através das Comissões Temáticas e do Plenário – têm soberania para decidir colegiadamente sobre a constitucionalidade, legalidade e o mérito (oportunidade e conveniência) das proposições legislativas, sem prejuízo do ulterior controle pelo Poder Judiciário.

A Procuradoria é órgão auxiliar do Poder Legislativo, responsável pela representação judicial e extrajudicial da Câmara Municipal de Aracruz, bem como pela função de assessoramento e consultoria jurídica.

Todavia, é imperioso ressaltar que os advogados públicos devem atuar com independência técnica e autonomia funcional, conforme dispõe o art. 2º, § 3º, art. 7º, I, § 2º, art. 18, art. 31, § 1º e § 2º, e art. 32 do Estatuto da Advocacia (Lei nº 8.906/94). Nesse sentido, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF):

(...) O exercício do poder-dever de questionar, de fiscalizar, de criticar e de buscar a correção de abusos cometidos por órgãos públicos e por agentes e autoridades do Estado, inclusive magistrados, reflete prerrogativa indisponível do advogado, que não pode, por isso mesmo, ser injustamente cerceado na prática legítima de atos que visem a neutralizar situações configuradoras de arbítrio estatal ou de desrespeito aos direitos daquele em cujo favor atua. [HC 98.237, Rel. Celso de Mello, j. 15.12.2009, 2ª T, DJ 6.8.2010]

No exercício do seu *mister*, cumpre aos procuradores públicos tão somente a análise da constitucionalidade, legalidade e a técnica legislativa das propostas, evitando-se manifestar-se sobre outras questões de ordem técnica (estranhas à sua especialidade) ou adentrar o mérito legislativo.



3. DA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA DO MUNICÍPIO

A competência legislativa dos municípios está prevista nos incisos I e II do art. 30 da Carta da República, *in verbis*:

Art. 30. COMPETE AOS MUNICÍPIOS:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

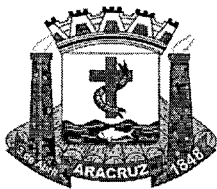
A competência para legislar sobre assuntos de interesse local é exclusiva do Município, de forma que qualquer norma federal ou estadual que trate de temas de relevância predominantemente local são inconstitucionais.

Por outro lado, no uso da competência suplementar, os municípios podem suprir as lacunas da legislação federal e estadual, regulamentando as respectivas matérias para ajustar a sua execução às peculiaridades locais. Entretanto, não podem contraditar a legislação federal e estadual existente, tampouco extrapolar sua competência para disciplinar apenas assuntos de interesse local.

Não há uma enumeração constitucional, expressa e taxativa, dos chamados assuntos de interesse local, de competência do ente municipal. Deverão eles ser identificados caso a caso, a partir da aplicação do *princípio da predominância do interesse*.

O princípio da predominância do interesse parte da premissa de que há assuntos que, por sua natureza, devem, essencialmente, ser tratados de maneira uniforme em todo o País e outros em que, no mais das vezes, é possível ou mesmo desejável a diversidade de regulação e atuação do Poder Público, ou em âmbito regional, ou em âmbito local.

Logo, se a matéria é de interesse predominantemente geral, a competência é outorgada à União. Aos estados são reservadas as matérias de interesse predominantemente regional. Cabe aos municípios a competência sobre as matérias de interesse predominantemente local.



Fixadas essas premissas, passo a análise da proposição em epígrafe.

Nos termos do art. 23 da Constituição Federal, é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cuidar da saúde e da assistência pública.

Já o art. 196 da Carta Maior reza que saúde é direito de todos e dever do Estado (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos.

Como se vê, a presente proposta está inserida na competência legislativa do Município, posto que trata da instituição de política pública local de informação, conscientização e prevenção de doença que atinge crianças e adolescentes.

4. DA INICIATIVA LEGISLATIVA

Em regra, a iniciativa legislativa é geral, competindo concorrentemente aos vereadores, às comissões, ao Prefeito e ao povo a proposição de normas jurídicas em âmbito municipal (emendas à Lei Orgânica e leis ordinárias).

Entretanto, a própria Constituição reserva a iniciativa de determinadas matérias ao chefe do Executivo. Nesse sentido, dispõe o art. 61, § 1º da CF/88:

Art. 61. (...)

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Pg nº
14
CMA

Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI;

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva.

O referido comando constitucional, que explicita as leis iniciativa privativa do Presidente da República, é de reprodução obrigatória (no que couber) em âmbito municipal em decorrência chamado *princípio da simetria*.

O princípio da simetria exige que os Estados e os Municípios adotem, sempre que possível, em suas respectivas Constituições e Leis Orgânicas, os princípios fundamentais e as regras de organização existentes na Constituição, principalmente as relacionadas a estrutura do governo, forma de aquisição e exercício do poder, organização de seus órgãos e limites de sua própria atuação.

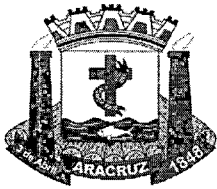
Destaque-se que nos termos da Constituição Federal (art. 63) e da Lei Orgânica Municipal (art. 31) é vedado o aumento de despesa nos projetos de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo e nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Câmara Municipal, ressalvado o disposto no art. 166, § 3º e § 4º da CF e no art. 95, § 2º e 30 da LOM.

Posto isto, cumpre verificar se o proponente tem competência dar início ao processo legislativo no presente caso.

In casu, a matéria não está incluída no rol taxativo das iniciativas privativas do chefe do Poder Executivo. Trata-se, portanto, de matéria de iniciativa comum.

5. DA CONSTITUCIONALIDADE MATERIAL E DA LEGALIDADE

Analisando a proposta, não vislumbro incompatibilidade entre a proposta e as regras/princípios estabelecidos pela CF/88 ou nas normas infraconstitucionais.



6. DO PROCEDIMENTO DE DELIBERAÇÃO

Por se tratar de projeto de lei ordinária, deve ser observado o quórum de **maioria simples** para aprovação, ou seja, maioria dos votos desde que presente a maioria absoluta dos vereadores.

7. DA TÉCNICA LEGISLATIVA

A Constituição Federal estabeleceu, no Parágrafo Único do art. 59, a necessidade da edição de lei complementar sobre a elaboração, a alteração, a redação e a consolidação das leis. A LC nº 95/98, atendeu essa determinação de estabelecer diretrizes para a organização do ordenamento jurídico. Analisando os autos, verifico que a proposição está em conformidade a referida norma.


8. CONCLUSÃO

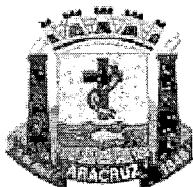
Ante o exposto, pelos fundamentos jurídicos supracitados, entendo que o Projeto de Lei nº 002/2019 não viola o ordenamento jurídico.

Assim, opino pela LEGALIDADE/CONSTITUCIONALIDADE.

É o parecer, à superior consideração.

Aracruz/ES, 25 de março de 2018.


MAURÍCIO XAVIER NASCIMENTO
Procurador – mat. 015237
OAB/ES 14.760



Camara Municipal de Aracruz
COMPROVANTE DE DESPACHO

Pg nº
16
98
CMA

ORIGEM

Local (Setor): **PROCURADORIA**

Trâmite Nº: **2**

Responsável: **Brenda Nunes Dos Santos Rocha**

Data e Hora: **26/03/2019 07:31:01**

Despacho: **AO LEGISLATIVO,**

SEGUE PARECER PARA CONHECIMENTO E PROVIDÊNCIAS.

Camara Municipal de Aracruz, 26 de março de 2019



PROCURADORIA

PROTOCOLO (S)

Processo, MEMORANDO Nº - 90/2019 - Externo
Assunto: 001 - PROJETOS
SubAssunto: 001 - PROJETO DE LEI
Camara Municipal de Aracruz

PROJETO DE LEI QUE INSTITUI A "SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO
DA DEPRESSÃO INFANTIL E NA ADOLESCÊNCIA NO ÂMBITO DO
MUNICÍPIO DE ARACRUZ".

RECEBIMENTO

Local (Setor): **LEGISLATIVO**

Responsável: _____

Camara Municipal de Aracruz, ____/____/____

LEGISLATIVO



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Pg nº
01/1
CMA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROPOSIÇÃO: PROJETO LEI Nº 002/2019 – INSTITUIU A “SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO DA DEPRESSÃO INFANTIL E NA ADOLESCÊNCIA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ”.

AUTOR: PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

RELATOR: Ronivaldo Garcia Cravo

PARECER: PELA CONSTITUCIONALIDADE

APROVADO 1º TURNO

23/05/2019

Presidência CMA

APROVADO 2º TURNO

20/05/2019

Presidência CMA

I – Relatório

Trata-se do **Projeto de Lei Nº 002/2019** de autoria do vereador Alexandre Ferreira Manhães, que institui a “Semana de conscientização da depressão infantil e na adolescência no âmbito do Município de Aracruz”.

II- Mérito

Nos termos dos Artigos 21 e 30 da Lei Orgânica do Município de Aracruz, esta relatoria passa a análise da Proposição, conforme o parecer da Procuradoria Geral do Município, exarada na pag. 09. A douta Procuradoria desta Casa de Leis analisou o teor da presente proposta, e exarou o parecer opinando pela **Legalidade e Constitucionalidade** conforme fl.15.

É o breve relatório.

III – Voto do Relator

Este Relator acompanha o parecer da procuradoria da casa e se manifesta pela **Constitucionalidade** do Projeto de Lei Nº 002/2019, de autoria do Poder Executivo, em conformidade à fundamentação exarada no parecer de fls. 09 e 15.

Aracruz, ES, 29 de março de 2019


Ronivaldo Garcia Cravo
Relator



Câmara Municipal de Aracruz

Pg nº
018
CMA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PARECER

COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO E TOMADA DE CONTAS.

PROJETO DE LEI Nº 002/2019 – INSTITUI a Semana de Conscientização da Depressão Infantil e na Adolescência no âmbito do município de Aracruz, e dá outras providências.

AUTOR: Alexandre Ferreira Manhães

RELATOR: José Gomes dos Santos.

APROVADO 1º TURNO

13/05/2019

Presidência CMA

I – Relatório

O Projeto de lei nº0002/2019, de autoria do vereador Alexandre Ferreira Manhães, INSTITUI a Semana de Conscientização da Depressão Infantil e na Adolescência no âmbito do município de Aracruz, e dá outras providências, o mesmo recebeu o parecer, da comissão de justiça, pela constitucionalidade e legalidade da matéria.

APROVADO 2º TURNO

20/05/2019

Presidência CMA

II – Mérito

Esta relatoria em análise ao referido Projeto de lei em tela, nos termos definidos no artigo 30, Inciso II do Regimento Interno e constata que se trata de instituir no Município de Aracruz a Semana de Conscientização da Depressão Infantil e na Adolescência, no calendário oficial de eventos do município. É de interesse coletivo por se tratar de alguns dos principais problemas no mundo e, também, no Brasil, que tem trazido terríveis consequências. Tendo em vista, que a prevenção é uma das principais forma de erradicar este mal, tornasse importantíssimo a conscientização da população. Quanto ao aspecto financeiro do projeto que seja desenvolvidas as ações pela secretaria competente e com sua dotação própria.

Voto do Relator

Após exame da matéria esta Relatoria se manifesta pelo prosseguimento do projeto, exarando parecer **FAVORÁVEL**, á matéria.

Aracruz-ES, 24 de abril de 2019.

JOSÉ GOMES DOS SANTOS

Relator



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPIRITO SANTO

Pg nº

[Handwritten signature]

COMISSÃO DE SAÚDE, MEIO AMBIENTE E EDUCAÇÃO

PARECER

PROPOSIÇÃO: PL 002/2019 - INSTITUI A "SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO DA DEPRESSÃO INFANTIL E NA ADOLESCÊNCIA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ".

AUTOR: ALEXANDRE FERREIRA MANHÃES
RELATOR: DILEUZA MARINS DEL CARO

APROVADO 1º TURNO

13/05/2019

[Handwritten signature]
Presidência CMA

APROVADO 2º TURNO

20/05/2019

[Handwritten signature]
Presidência CMA

1 – Relatório:

Visa o presente projeto de lei, de autoria do vereador Alexandre Ferreira Manhães, instituir a "Semana de Conscientização da Depressão infantil e na adolescência no âmbito do município de Aracruz".

2 – Voto:

De acordo com o Artigo 30, item IV – À comissão de Saúde, Meio Ambiente e Educação, compete opinar, na esfera da competência municipal, sobre Educação e instrução, desenvolvimento cultural, artístico, esportivo, saúde, higiene e assistência Sanitária, problemas da infância, da adolescência, dos idosos e assistência social em geral, meio ambiente e observar o cumprimento do disposto no artigo 156 da Lei Orgânica.

O Projeto de Lei visa o conhecimento da doença, suas características, prevenção, combate e tratamento. A instituição dessa semana implicará na atenção dos cidadãos a esse problema que atinge tantas crianças, adolescentes e jovens atualmente. Ajudará no combate ao preconceito ainda muito presente entre pessoas que não tem conhecimento das causas e efeitos da doença. Bem como, poderá orientar pessoas que se encontram nessa situação. A depressão é uma doença que ataca tão sorrateiramente, que a maioria dos que sofrem dela nem percebem que estão doentes, principalmente o público infanto-juvenil.

Desta forma depois de análise dentro desta Comissão esta Relatoria opina pelo seu **PROSSEGUIMENTO**.

Aracruz, ES, 03 de maio de 2019.

[Handwritten signature]
DILEUZA MARINS DEL CARO
Relatora



MAPA DE VOTAÇÃO

1º Turno: 102ª Sessão Ordinária

Data: 13/05/2019

2º Turno: 103ª Sessão Ordinária

Data: 20/05/2019

PROPOSIÇÃO: PROJETO DE LEI Nº 002/2019 - INSTITUI A "SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO DA DEPRESSÃO INFANTIL E NA ADOLESCÊNCIA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ".

VEREADOR	COMISSÃO DE JUSTIÇA				COMISSÃO DE FINANÇA			
	1º TURNO		2º TURNO		1º TURNO		2º TURNO	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
ADEIR ANTONIO LOZER	X		X		X		X	
ALBERTO LOPES	X		X		X		X	
ALCÂNTARO VICTOR LAZZARINI CAMPOS	X		X		X		X	
ALEXANDRE FERREIRA MANHÃES	X		X		X		X	
CARLOS ALBERTO PEREIRA VIEIRA	X		X		X		X	
CARLOS DE SOUZA	X		X		X		X	
CELSON SILVA DIAS	X		X		X		X	
DILEUZA MARINS DEL CARO	X		X		X		X	
ELIOMAR ANTONIO ROSSATO	X		X		X		X	
FÁBIO NETTO DA SILVA	X		X		X		X	
HILÁRIO ANTÔNIO NUNES LOUREIRO	Ausente		Ausente		Ausente		Ausente	
JOSÉ GOMES DOS SANTOS	X		X		X		X	
MARCELO CABRAL SEVERINO	X		X		X		X	
MÔNICA DE SOUZA PONTES CORDEIRO	X		X		X		X	
PAULO FLÁVIO MACHADO	Presidente		Presidente		Presidente		Presidente	
ROMILDO BROETTO	X		X		X		X	
RONIVALDO GARCIA CRAVO	X		X		X		X	

RESULTADOS:

COMISSÃO DE JUSTIÇA

1º Turno: Favoráveis 15 votos
Contrários 00 votos

2º Turno: Favoráveis 15 votos
Contrários 00 votos

COMISSÃO DE FINANÇAS

1º Turno: Favoráveis 15 votos
Contrários 00 votos

2º Turno: Favoráveis 15 votos
Contrários 00 votos


José Gomes dos Santos
1º Secretário



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Pg nº
[Signature]
CMA

MAPA DE VOTAÇÃO

1º Turno: 102ª Sessão Ordinária

Data: 13/05/2019

2º Turno: 103ª Sessão Ordinária

Data: 20/05/2019

PROPOSIÇÃO: PROJETO DE LEI Nº 002/2019 - INSTITUI A “SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO DA DEPRESSÃO INFANTIL E NA ADOLESCÊNCIA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ”.

VEREADOR	COMISSÃO DE SAÚDE, MEIO AMBIENTE E EDUCAÇÃO			
	1º TURNO		2º TURNO	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO
ADEIR ANTONIO LOZER	X		X	
ALBERTO LOPES	X		X	
ALCÂNTARO VICTOR LAZZARINI CAMPOS	X		X	
ALEXANDRE FERREIRA MANHÃES	X		X	
CARLOS ALBERTO PEREIRA VIEIRA	X		X	
CARLOS DE SOUZA	X		X	
CELSON SILVA DIAS	X		X	
DILEUZA MARINS DEL CARO	X		X	
ELIOMAR ANTONIO ROSSATO	X		X	
FÁBIO NETTO DA SILVA	X		X	
HILÁRIO ANTÔNIO NUNES LOUREIRO	Ausente		Ausente	
JOSÉ GOMES DOS SANTOS	X		X	
MARCELO CABRAL SEVERINO	X		X	
MÔNICA DE SOUZA PONTES CORDEIRO	X		X	
PAULO FLÁVIO MACHADO	Presidente		Presidente	
ROMILDO BROETTO	X		X	
RONIVALDO GARCIA CRAVO	X		X	

RESULTADOS:

COMISSÃO DE SAÚDE, MEIO AMBIENTE E EDUCAÇÃO

1º Turno: Favoráveis 15 votos
Contrários 00 votos

2º Turno: Favoráveis 15 votos
Contrários 00 votos

[Signature]
José Gomes dos Santos
1º Secretário



MAPA DE VOTAÇÃO

1º Turno: 102ª Sessão Ordinária

Data: 13/05/2019

2º Turno: 103ª Sessão Ordinária

Data: 20/05/2019

PROPOSIÇÃO: PROJETO DE LEI Nº 002/2019 - INSTITUI A "SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO DA DEPRESSÃO INFANTIL E NA ADOLESCÊNCIA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ".

VEREADOR	1º TURNO		2º TURNO	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO
ADEIR ANTONIO LOZER	X		X	
ALBERTO LOPES	X		X	
ALCÂNTARO VICTOR LAZZARINI CAMPOS	X		X	
ALEXANDRE FERRREIRA MANHÃES	X		X	
CARLOS ALBERTO PEREIRA VIEIRA	X		X	
CARLOS DE SOUZA	X		X	
CELSON SILVA DIAS	X		X	
DILEUZA MARINS DEL CARO	X		X	
ELIOMAR ANTONIO ROSSATO	X		X	
FÁBIO NETTO DA SILVA	X		X	
HILÁRIO ANTÔNIO NUNES LOUREIRO	Ausente		Ausente	
JOSÉ GOMES DOS SANTOS	X		X	
MARCELO CABRAL SEVERINO	X		X	
MÔNICA DE SOUZA PONTES CORDEIRO	X		X	
PAULO FLÁVIO MACHADO	Presidente		Presidente	
ROMILDO BROETTO	X		X	
RONIVALDO GARCIA CRAVO	X		X	

RESULTADOS :

1º Turno: Favoráveis 15 votos

2º Turno: Favoráveis 15 votos

Contrários 00 votos

Contrários 00 votos

José Gomes dos Santos

1º Secretário



Aracruz-ES, 22 de maio de 2019.

Of. nº. 155/2019
Gab. da Presidência

SENHOR PREFEITO:

Encaminho a Vossa Excelência o **Projeto de Lei nº. 002/2019** – Institui a “Semana de Conscientização da Depressão Infantil e na Adolescência no âmbito do município de Aracruz”, de autoria do Poder Legislativo, o qual foi **aprovado** em 2º Turno, na 103ª Sessão Ordinária, realizada em 20/05/2019, para conhecimento e providências cabíveis.

Na oportunidade apresento minhas,

CORDIAIS SAUDAÇÕES.



PAULO FLÁVIO MACHADO
Presidente da Câmara

Exmº Sr.
JONES CAVAGLIERI
Prefeito Municipal de Aracruz
Nesta



SANCIONADA

Em, 14/06/2019



Prefeito Municipal

LEI Nº 4.242, DE 14/06/2019.


INSTITUI A SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO
DA DEPRESSÃO INFANTIL E NA
ADOLESCÊNCIA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO
DE ARACRUZ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO
SANTO; FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU
E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

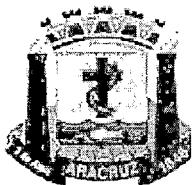
Art. 1º Fica instituído, no Calendário Oficial do Município de Aracruz,
a Semana de Conscientização da Depressão Infantil e na Adolescência, a ser realizada
na primeira semana do mês de setembro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 14 de Junho de 2019.



JONES CAVAGLIERI
Prefeito de Aracruz



Camara Municipal de Aracruz
COMPROVANTE DE DESPACHO

Pg nº
029
CMA

ORIGEM

Local (Setor): **LEGISLATIVO**

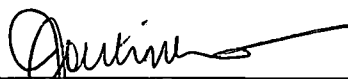
Trâmite Nº: **3**

Responsável: **Andreia dos Santos Ferreira**

Data e Hora: **25/06/2019 09:53:18**

Despacho: **Finalizado, encaminhado o presente auto para arquivamento.**

Camara Municipal de Aracruz, 25 de junho de 2019


LEGISLATIVO

PROTOCOLO (S)

Processo, MEMORANDO Nº - 90/2019 - Externo
Assunto: 001 - PROJETOS
SubAssunto: 001 - PROJETO DE LEI
Camara Municipal de Aracruz

PROJETO DE LEI QUE INSTITUI A "SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO
DA DEPRESSÃO INFANTIL E NA ADOLESCÊNCIA NO ÂMBITO DO
MUNICÍPIO DE ARACRUZ".

RECEBIMENTO

Local (Setor): **ARQUIVO LEGISLATIVO**

Responsável: _____

Camara Municipal de Aracruz, ____/____/____

ARQUIVO LEGISLATIVO